



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1482

FRANCISCO XAVIER E FERNÃO MENDES PINTO: O MISSIONÁRIO E O MERCADOR FRENTE AO IMPÉRIO PORTUGUÊS NO ORIENTE

Karla Katherine de Souza Seule

(LEIP – Laboratório de Estudos do Império Português/UEM; GAPDH – Grupo de Apoio a Pesquisa e Docência em História/Unicesumar)

Resumo. Esse trabalho tem por objetivo a análise das relações entre portugueses e populações asiáticas no século XVI, em meio a expansão ultramarina portuguesa que conferiu aos primeiros uma rede de entrepostos comerciais no Oceano Índico. Para tanto, analisamos as cartas e escritos do padre jesuíta Francisco Xavier, enviado pelo Padroado da Coroa portuguesa para a fundação e o controle de todas as missões jesuíticas que se estendiam do cabo da Boa Esperança ao Japão, assim como alguns escritos sobre o viajante português Fernão Mendes Pinto e a sua obra *Peregrinação* que reúne relatos do mesmo a respeito das suas aventuras enquanto esteve por 21 anos percorrendo os entrepostos portugueses do Oriente. Ambos os personagens históricos, o missionário e o mercador, estiveram inseridos nas relações políticas entre portugueses e populações asiáticas em uma expansão ultramarina que combinava entre os seus principais objetivos o comércio de especiarias e a expansão da fé católica. Verificamos que tal combinação nem sempre foi pacífica, mercadores e missionários em muitas ocasiões expressaram interesses opostos o que resultava em embates entre os diferentes grupos que compunham a ação portuguesa na região, dificultando a obra missionária, bem como o sucesso comercial e político português na região. Desse modo, a análise de tais fontes se torna importantíssima para entendermos os diversos elementos dos processos de expansão e as condições em que se fazia a presença dos portugueses no Oriente.

Palavras-chave: Expansão Ultramarina Portuguesa; Companhia de Jesus; Francisco Xavier; Fernão Mendes Pinto.

Introdução

Em meados do século XVI os portugueses possuíam um império marítimo formado por vários entrepostos no litoral africano, bem como no oceano Índico na Ásia, e a sua colônia recém “descoberta” na América. Contudo, neste íterim os olhares da Coroa estavam voltados sobre as suas possessões no Oriente, dada as possibilidades de riqueza que o comércio de especiarias lhes proporcionava. Além disso, a ameaça “infel” do Islã se fazia forte nessa região, onde por muito tempo povos muçulmanos controlaram o

comércio. E é diante desse cenário que temos dois personagens que se farão presentes em meio a essa expansão ultramarina portuguesa no Índico, o mercador e o missionário.

Nos séculos XV e XVI o capitalismo nascia impulsionado pela expansão marítimo-comercial européia, que resultou no descobrimento e consolidação de novas rotas de comércio para o Oriente. Os portugueses foram pioneiros nesse processo. Alcançaram novas rotas via mar para a África, Sudeste Asiático e Extremo Oriente, em busca de diversos produtos que circulavam em seus mercados, como condimentos (pimenta, noz-moscada e cravo), jóias e tecidos. Já nas décadas finais do século XVI, eles controlavam rotas que se estendiam do Brasil à África e ao Japão. As principais atividades administrativas, religiosas, comerciais e políticas dos lusos na Ásia concentraram-se em portos do litoral da Índia, região que, no século XVI, se encontrava dividida em vários reinos. No Oriente, o conjunto de entrepostos e feitorias portuguesas recebeu o nome de Estado da Índia Portuguesa.

Dentro desse quadro político estava localizado o enclave português de Goa. Base que só foi possível ser estabelecida, graças as desavenças locais, cujos portugueses se imiscuíram formando continuamente alianças e contra alianças políticas com os reinos asiáticos, cujos governantes viram a possibilidade de servir-se da nova potência marítima, nas complexas lutas de poder que caracterizaram o período (EMBREE; WILHELM, 1974, p. 199). Nesse sentido, embora seja considerada uma hipérbole as pretensões do Rei português de se auto-intitular “Senhor das Índias”, era real o outro título que o soberano português utilizou de “Senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, já que em finais do século XVI os portugueses controlavam uma parte significativa do comércio dos mares orientais.

A essa expansão ultramarina portuguesa fora atribuído outro objetivo para além do comércio com terras longínquas, a expansão da fé. Em meio a reforma protestante que avançava na Europa e a “ameaça” muçulmana, os portugueses se colocaram enquanto os detentores da missão de propagar e defender a fé católica. Para isso, às novas terras encontradas enviaram padres, juntamente com os mercadores. Portanto, na época da expansão marítima e colonial de Portugal, dois poderes se mostraram fundamentais: o espiritual e temporal. A união entre eles era representada pelo Padroado Real da Igreja. Através do Padroado, a Igreja concedeu ao Estado português direitos e privilégios sobre as instituições eclesiásticas do ultramar. Esses direitos e deveres provinham de uma série de bulas e breves papais¹. (BOXER, 1978, p. 101).

¹ O primeiro destes documentos foi o breve *Dum Diversas* de Nicolau V, em 1452, que culminou no breve *Praecelse Devotionis* de Leão X, em 1514, e a importante bula papal de 1508, de Júlio II, a *Universalis Ecclesiae*, que definia o campo de ação do Padroado no mundo não europeu. (BOXER, 1978, p. 99).

No século XVI, uma época em que a distinção entre Estado e Religião ainda não era clara, o sucesso comercial da expansão era visto como resultado da benção divina. Frente a uma expansão que estaria preocupada com o espalhar da fé católica, o Padroado gozou de ampla força. Se, na prática, “todo o sacerdote, da mais alta a mais baixa categoria, só poderia exercer o cargo com a aprovação da respectiva Coroa e que dependia dessa Coroa para o apoio financeiro” e “ a Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da respectiva Coroa, salvo em assuntos referentes ao dogma ou a doutrina” (BOXER, 1978, p. 100), essa instituição acabava por definir quais os limites da sua jurisdição. Podia e arbitrava qualquer conflito entre o poder eclesiástico e o civil e os eclesiásticos entre si. Encontramos inseridos na esfera desta instituição os nossos personagens, Francisco Xavier e Fernão Mendes Pinto.

Os jesuítas desempenharam um importante papel nesse contexto, pois foi após a sua chegada que as missões na Ásia tiveram um maior desenvolvimento. Embora anterior ao Concílio de Trento, mas inserida no conjunto de ações empreendidas pela Reforma Católica, em 1534 foi formada a Companhia de Jesus, por iniciativa de Inácio de Loyola, e aprovada pelo papa Paulo III na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, em 1540 (TAVARES, 2002, p. 85-86). Antes mesmo da fundação oficial da Companhia de Jesus, teve início em 1538 uma próspera relação entre os seus membros e o reino de Portugal. Em 1540, o embaixador português em Roma, Diogo da Gouveia, procurou os jesuítas em nome de D. João III, e deixou claro o desejo do último, em ter os novos padres trabalhando em Portugal e em seus domínios orientais. (COSTA, 2006, p. 40). A Companhia de Jesus pregava uma obediência que se estendia desde Roma até os seus superiores. Foi também uma ordem voltada para o mundo e por esses motivos em meio ao ambiente de Contra-Reforma, atraiu as atenções de D. João III.

Francisco Xavier, co-fundador da Companhia de Jesus, foi quem, no período áureo da expansão portuguesa, fundou as missões jesuítas no Oriente. O Padroado desempenhou um papel de suma importância para o andamento das missões. As relações que giravam em torno dessa instituição – a dependência dos jesuítas em relação ao Rei português e suas autoridades, bem como a relação dos jesuítas com outras ordens e o próprio público alvo de sua catequese – tanto contribuíram para o melhor desenvolvimento do trabalho missionário, quanto, em outros momentos, causaram graves problemas.

Da mesma forma, o nosso outro personagem, o viajante português Fernão Mendes Pinto, ainda como mercador, fez parte desse contexto de relações estabelecidas pelo Padroado. Fernão Mendes Pinto andou por parte da Índia e do Oriente por vinte e um anos, foi amigo do padre Xavier, com quem trocou correspondência e fez parte da Companhia de Jesus durante algum tempo. Foi nomeado embaixador, para estabelecer relações diplomáticas entre o Japão e a Índia Portuguesa e ainda em vida foi reconhecido como perito nos assuntos do Oriente. Ele escreveu a obra *Peregrinação*, onde conta as suas aventuras percorrendo os entrepostos portugueses no Índico e partes da China e do Japão. Portanto, estava inserido

na esfera do Padroado, ainda como mercador, pois, como afirmou o Padre Antônio Vieira, célebre jesuíta, “no império português, o missionário ia logo atrás do mercador” (BOXER, 2002, p. 80). Além disso, Fernão Mendes Pinto mesmo que por pouco tempo, iria integrar a Companhia de Jesus, mantendo ligação direta com essa rede de relações do Padroado real da Coroa portuguesa. Relações cercadas de conflitos, conflitos estes que pretendemos explorar um pouco aqui.

1. Francisco Xavier na Índia, o contato com as populações e o cotidiano das Missões

Francisco Xavier parte a caminho da Índia em sete de abril de 1541 (seu trigésimo quinto aniversário), deixando em Lisboa outro jesuíta, Simão Rodrigues, encarregado de preparar mais missionários. Ele levou quatro breves que recebera do Papa, nomeando-o Núncio Apostólico do Oriente e recomendando-o a todos os reis das terras que visitasse. Junto com ele partiram Paulo Camerino e Francisco Mansilhas. Ele chegou à Índia² em seis de maio de 1542. Em Goa, Xavier, após se apresentar às autoridades civis e eclesiásticas, visitou as suas instituições: a cadeia; o hospital da Misericórdia, onde ele se hospeda; o Colégio da Santa Fé (que veio depois a se chamar São Paulo), ainda em construção, para a formação de clero, catequistas e intérpretes de todas as línguas; as capelas da cidade; e o leprosário. Em seguida, procurou iniciar seu plano de catequização da população cristã.

Em carta de 20 de setembro de 1542, Xavier escreve de Goa aos companheiros em Roma. Nessa carta ele se propôs a escrever mais longamente, a pedido dos próprios colegas, sobre toda a sua trajetória e daqueles que o acompanharam, até a chegada em Goa, que segundo ele teve muitos trabalhos pastorais. Eles haviam demorado um ano para chegar à Índia, quando normalmente a viagem era feita em seis meses. Conta que enquanto estiveram em Moçambique, onde permaneceram por seis meses, se estabeleceram na fortaleza do Rei de Portugal e fala da existência ali de “mouros de paz”³. Enquanto estava a caminho de Goa, após sair de

² A Índia, como agora, estava profundamente dividida entre hindus e muçulmanos. Grande parte do norte havia sido conquistada por invasores islâmicos, cujos descendentes governavam os principados poderosos de Guzerate, Déli e Bengala. Apesar de governada por muçulmanos, a região tinha uma população hindu numerosa, que resistia a qualquer tentativa de imposição a sua religião. As regiões costeiras de Canara e Malabar, ao sul de Goa, afastadas do interior pelas cordilheiras dos Gates ocidentais, se dividiam entre alguns insignificantes rajás hindus independentes, dos quais o samorim (rajá do mar) de Calicute era o mais importante. (BOXER, 2002, p. 56).

³ De acordo com Subrahmanyam, assim que os portugueses chegaram ao Índico se depararam com grupos muçulmanos com os quais tiveram que conviver e tentar fazer acordos pacíficos. Devido a isto, passaram a ter o cuidado em diferenciar aqueles que eles chamavam de “mouros de Meca”, os seus tradicionais

Moçambique, Xavier fez escala em Melinde (Quênia) e Socotorá. Nessa mesma carta, ele fala um pouco a respeito desses lugares.

Em Melinde, conta sobre o contato com muçulmanos, com quem conversou sobre o quanto as mesquitas da região estavam vazias, o que segundo Xavier, se devia ao fato de Deus não se alegrar com as orações de maometanos. Em Socotorá, encontra os “cristãos de São Tomé⁴”, que os descreve como grandes jejuadores, com seus sacerdotes indígenas e rituais. Após descrever os lugares por onde passou antes de chegar a Goa, escreve a respeito da Índia. Descreve a Goa cristã e a vida sacerdotal na cidade: o mosteiro da Ordem de São Francisco, “uma Sé muito honrada e de muitos cônegos e muitas igrejas”; primeiro se dirigiu ao hospital⁵ e à cadeia, encontrando entre os doentes e os presos, muitos necessitados de se confessar; também ficou encarregado de cuidar de uma “ermida” (Igreja de Nossa Senhora do Rosário) onde os cristãos passavam de trezentos; e cuidava ainda dos enfermos do Hospital S. Lázaro⁶.

No final de setembro de 1542, Xavier parte para o Cabo Comorim, no sul da Índia, para tomar posse da Missão da Costa da Pescaria em seu lado oriental. Descreve o lugar como difícil de trabalhar com tantos pecados e idolatria e grandes calmarias, por isso pede instrução quanto ao modo de proceder aos seus companheiros em Roma, e notícias, pois, não esperava ver os seus companheiros da Europa ainda em vida, mas apenas através das suas cartas.

Xavier, contudo, se demonstra esperançoso ao falar da construção do Colégio em Goa. O Colégio, com os seus estudantes indígenas de várias nações e línguas, facilitaria o contato com os povos que estava indo catequizar. Nesse intuito, contavam ainda com o apoio do Governador, que segundo Xavier, vivia em paz com os infiéis, quase não ocorrendo guerras entre eles. Conta que este também pediria, por intermédio do Rei, privilégios para a Santa Sé à igreja do Colégio, devidamente confirmados por Bulas e o envio de mais jesuítas para a Índia. No entanto, os jesuítas selecionados para ser enviados à Índia, deveriam estar em boa forma e não ter idade avançada, porque de acordo com ele, encontrariam uma variedade enorme de ministérios, portanto, deveriam estar devidamente preparados. Ele insiste que acima de tudo havia a necessidade de ser enviados um pregador para os fiéis, missionários para os infiéis e professores para o colégio.

inimigos, dos mouros da terra com quem mantinham relações, em alguns casos, amistosas. (SUBRAHMANYAM, 1995).

⁴ Segundo tradição cultivada pelos cristãos da costa do Malabar e relatos de viajantes europeus no período aqui analisado, essas populações seriam descendentes dos cristãos evangelizados pelo apóstolo Tomé.

⁵ Hospital Real de Goa, fundado em 1510 para os doentes portugueses. (J. F. FERREIRA MARTINS, SCHURHAMMER e SALDANHA, apud XAVIER, 2006, p. 110).

⁶ Este hospital foi construído entre 1526-1529, designado para tratar dos leprosos. (SALDANHA, apud XAVIER, 2006, p. 111).

Francisco Xavier nesse momento, quando inicia a sua atividade sacerdotal na Índia, enaltece a nação portuguesa, dizendo que dentre todas as nações, essa levaria vantagem em estimar as graças e indulgências de Roma. Xavier explica em suas cartas aos companheiros na Europa, que os portugueses na Índia eram “senhores do mar”, pois possuíam ali, apenas alguns entrepostos⁷, que eram distantes uns dos outros e onde construíram fortalezas que abrigavam várias famílias portuguesas. Conforme já houvesse quem continuasse o trabalho catequético que começou, Xavier partia para outros lugares, onde dava atenção principalmente ao ensino das crianças, com quem parecia obter muito sucesso. Terminada esta etapa, fazia como de costume, deixava as orações por escrito com aqueles que sabiam ler, para que as decorasse e dessa forma, as repassassem aos outros. Os trabalhos eram muitos, mas lembra-se sempre do apoio do Governador às missões e a sua amizade para com a Companhia de Jesus. Ao recordar-se do colégio para indígenas, confiado a Micer Paulo, em Goa, explica que os alunos “são de diversas línguas e todos de geração de infiéis”. Que sob a tutela de Paulo estavam cerca de quinhentos alunos, pelos quais ele tinha que zelar também por suas necessidades materiais, e para isso, dependiam de doações e da ajuda do Governador. (XAVIER, 2006, p. 143).

Entre as suas viagens, ele retorna à Costa da Pescaria, em fevereiro de 1544, onde deixa Mansilhas como o principal encarregado dela em Punicale, e segue sua visita a todas as povoações por onde andou, fazendo um reconhecimento das mesmas. Enquanto isso, mantém seu contato por meio das cartas com Mansilhas. Em sua estadia, em todos esses entrepostos, seus relatos apontam para algumas dificuldades em seu relacionamento com autoridades do Estado português, e também, faz referência ao seu papel como mediador de conflitos entre essas autoridades e príncipes nativos, especialmente, quando o rei Iniquitriberim⁸ e os seus adversários pedem auxílio ao governador português ao mesmo tempo.

Esse episódio nos é interessante, porque Xavier empenha-se em conseguir ajuda militar do governador Martim Afonso de Sousa para o rei

⁷ Dentre os entrepostos portugueses no Índico estava Ormuz, localizado no sul do golfo Pérsico, um dos entrepostos mais ricos do mundo na época. Por lá passava quase todo o comércio entre a Índia e a Pérsia, além de especiarias da Indonésia e cavalos árabes. Outros entrepostos portugueses estavam localizados no Ceilão, onde viviam cingaleses budistas e no norte da ilha havia o reino de tâmil hindu de Jafna. Mesmo nunca sendo invadidos por muçulmanos, muitos mercadores maometanos, indianos ou árabes, estavam fixados em Colombo e outras regiões costeiras. No arquipélago da Indonésia, Malaca era a sede do sultanato mais rico da península e grande empório de especiarias da região junto das Molucas. Seus governantes se converteram ao islamismo por volta do século XV, mas lá também se encontravam comerciantes tâmus hindus de Coromandel, muçulmanos de Guzerate, Java e Sumatra. Sumatra é a segunda maior ilha da Indonésia e estava dividida em estados insignificantes, quase todos islamizados. Achém era seu reino mais importante na segunda metade do século XVI, por lá passavam mercadorias como pimenta, benjoim e ouro. As Molucas eram produtoras de cravo-da-índia e estavam sob a competição dos sultanatos muçulmanos de Ternate e Tidore. (BOXER, 2002, p. 57-58).

⁸ Iniquitriberim, em rigor, Uni Kêrala Tiruvadi (Uni=filho; Kêrala=Travancor, também nome de rei; Tiruvadi=príncipe), título de Rama Varma, o mais velho da família Jayatunganâdu, rei de todo o território de Couião e do Cabo de Comorim até ao rio Tâmbraparni, nos anos 1541-1549. (XAVIER, 2006, p. 174).

Iniquitriberim, que em troca garantiu proteger os cristãos do seu território. Segundo as cartas de Xavier a respeito, com esse propósito ele vai até Tuticorim, em maio de 1544, para negociar com Iniquitriberim que estava em conflito com Vettumperumâlem, senhor de Tuticorim. No entanto, se Iniquitriberim fosse auxiliado pelo Governador, os cristãos dentro do território de Vettumperumâlem (Tuticorim e Cael Velho), sofreriam represálias e seriam perseguidos. Por isso, Xavier queria transferir esses cristãos para o território do Grande Rei, Iniquitriberim. Mas, ao que parece, tinham-se formado duas facções entre os portugueses em Tuticorim: uma, a favor da emigração, outra contra. Pelos que estavam contra, estava o Capitão português⁹ da Pescaria, que ali residia, e ao que tudo indica, “levado pela ganância”, vendia cavalos de guerra a Vettumperumâlem (XAVIER, 2006, p. 163).

Diante desse problema, Xavier insiste que Mansilhas, responsável por esses cristãos que sob a ameaça de Vettuperumâlem se viram ausentes da ajuda do capitão português ali instituído, tivesse paciência:

Rogo-vos muito que não vos agasteis por nenhuma coisa com essa gente tão trabalhosa. E, quando vos virdes com muitas ocupações, e que a todas não podeis satisfazer, consolai-vos fazendo o que podeis. Dai muitas graças ao Senhor que estais em parte onde, ainda que queirais estar ocioso, não vos deixam as muitas ocupações que se vos oferecem, e todas de serviço do Senhor Deus. (XAVIER, 2006, p. 163-164).

Xavier procura orientá-lo, da mesma forma que aos outros jesuítas espalhados pelos entrepostos portugueses e os seus ajudantes, para que eles tentassem evitar possíveis querelas entre eles e autoridades da Coroa. Em outras cartas pede calma a Mansilhas em seu relacionamento com as pessoas, principalmente as autoridades portuguesas, comparando o trabalho que estavam realizando ao purgatório. Recomenda vigilância na manutenção da ordem e que Mansilhas continuasse o seu trabalho, e, sobretudo, cuidasse do batismo dos recém-nascidos e catequizasse as crianças.

Ele complementa as orientações feitas, com recomendações quanto ao método catequético que, tanto Mansilhas, quanto os outros jesuítas sob seu comando, deveriam empreender: a vigilância permanente contra a idolatria, a construção e manutenção das igrejas locais, o empréstimo para sua subsistência e pagamento desses às autoridades portuguesas das quais dependiam, e o cuidado nas fortalezas que tinham povoados muçulmanos como vizinhos. Sente muito com a opressão dos cristãos aos cuidados de Francisco Mansilhas em Punicale, em meio aos conflitos de interesses que norteiam a tentativa de aliança entre o Governador e o rei Iniquitriberim. Lamenta o fato dizendo: “a nós, que não nos faltam opressões” (XAVIER, 2006, p. 173). Por isso, procurou apoio contra outros possíveis ataques aos cristãos

⁹ O Capitão da Pescaria era Cosme de Paiva. (XAVIER, 2006, p. 176).

da região. Ele enviou Francisco Coelho¹⁰ para ajudar os refugiados a embarcar e fugir, porque o Governador ficaria muito desgostoso caso os cristãos fossem atacados novamente. E obteve apoio também do Canacar (inspetor da organização territorial no antigo Malabar), que tinha muitos parentes na região de Comorim e, portanto, auxiliou Xavier intercedendo junto ao rei Iniquitriberim, que mantivesse a ajuda aos cristãos daquele lugar. Em um desabafo Xavier suplica que “as mulheres devem orar mais do que nunca, pois não temos quem nos ajude senão Deus” (XAVIER, 2006, p. 174).

Outros conflitos foram protagonizados ou presenciados por Xavier em suas missões pelo Índico. O último, além de trazer em cena o nosso outro personagem, Fernão Mendes Pinto, mesmo que em primeiro momento apenas como figurante, nos tem uma importância especial, pois é quando Xavier encerra os seus trabalhos enquanto Patrono das missões jesuíticas no Oriente.

Após fundar uma rede de missões pelo Índico, chegando até o Japão, Xavier retorna a Goa e depois parte novamente a região de Sumatra, no entreposto português de Malaca. Ele aproveitou a sua estadia em Malaca, para dar início às negociações com Diogo Pereira¹¹, no intuito de levar uma embaixada à China e desenvolver também ali o seu apostolado. Ali, obtém o apoio do novo governador, D. Afonso de Noronha. Porém, devido às desavenças entre o capitão de Malaca, Álvaro de Taíde, e o possível patrocinador de sua viagem à China, Diogo Pereira, não teve permissão do primeiro para guardar suas provisões, e para que Pereira o levasse até o seu destino:

Elle contente assaz cõ esta boa reposta do Visorrey, se auiou o mais depressa que pode de tudo o que lhe era necessário: & dandolhe o Vissorey prouisoos para Diogo Pereyra yr nesta santa jornada por embaixador a el Rey da China, cometidas a dom Aluaro de Tayde que então estaua por capitão da fortaleza, se tornou a Malaca, porem o capitão lhe não quis guardar as prouisoens, porque ao tempo que o padre chegou estaua muyto de quebra com Diogo Pereyra por lhe não emprestar dez mil cruzados que lhe pedira. E trabalhando o padre todo o possiuel por soldar com sua virtude esta quebra, & esta discórdia, nunca já mais pode, porque como Ella estaua fundada em ódio & cúbica, & o demônio era o que atiçaua este fogo, em vinte e seis dias em que sobre isso se fizerão alguas diligencias nunca o capitão quis conceder no que o padre pedia, nem dar liçeça paraque Diogo Pereyra o leuasse â China, como da Índia vinha ordenado, com hum grandíssimo gasto já feito, dando em tudo nous entendimentos ás prouisoos do Visorrey, & dizendo a modo de escarneo que aquelle Diogo Pereyra que sua senhoria dezia era hum fidalgo que ficaua em Portugal, & não aquelle q o padre apresentaua, que fora ontem criado de dõ Gonçallo Coutinho, & não tinha partes para yr por embaixador a

¹⁰ Francisco Coelho, sacerdote indígena, colaborador de Xavier na Costa da Pescaria, mencionado várias vezes desde 1544 a 1548. (XAVIER, 2006, p. 161).

¹¹ Diogo Pereira, grande amigo de Xavier, vivia em Goa. Em 1548 já estava a muitos anos na Índia servindo o Rei. Era um mercador muito conhecido e rico. Nesse mesmo ano tinha ido a Sião e em 1551 à China. (SCHURHAMMER, GONÇALVES e COUTO, apud XAVIER, 2006, p. 335).

hum tamanho monarcha como era o Rey da China. (PINTO, 1983, p. 680).

E mesmo após os apelos de algumas pessoas, Taíde não mudou o seu parecer. De acordo com esses relatos, Francisco Xavier, parte sem o necessário em 17 de abril e acaba falecendo às portas da China, na ilha de Sanchão, em dezembro de 1552, terminando o seu percurso missionário pelo Oriente.

Fernão Mendes Pinto e a sua “Peregrinação” pelo Índico

É nesse contexto que conhecemos o nosso outro personagem, o mercador português, Fernão Mendes Pinto. Nascido em 1510 que por motivos obscuros partiu rumo ao Oriente onde iniciou a sua “Peregrinação” pelo Índico.

A sua obra *Perengrinação* é um relato de sua vida, ao partir para o Oriente em 1537, até a sua volta a Portugal em 1558, uma espécie de testamento que ele mesmo diz estar deixando para os seus filhos e curiosos a respeito dos lugares por onde andou. Em seu livro ele destacou principalmente as dificuldades que enfrentou, falando de si mesmo como uma espécie de “coitado”, que partiu para o Oriente em busca de obter alguma riqueza, e nessa procura passou por muitas aventuras, como conflitos que envolviam portugueses ou guerras regionais, naufrágios e outros perigos no mar, além dos muitos cativos que conta ter passado. (CATZ, 1983, p. 14).

A caminho da Índia, nos arredores do Mar Vermelho, a embarcação na qual se encontrava, encontrou uma frota turca. Segundo Pinto, sua embarcação foi atacada e os tripulantes feitos prisioneiros. Resgatado pelo capitão da fortaleza de Ormuz, Fernando de Lima, Fernão Mendes seguiu com ele para Dabul (Chaúl) e depois para Onor, onde a pedido da rainha do lugar tentaram expulsar a armada turca que estava ali presente. Porém, nessa dura batalha houve muitas perdas do lado português em um primeiro momento, o que causou revolta no capitão da armada portuguesa, Gonçalo Vaz Coutinho, pela morte de seu filho e muitos dos seus soldados:

Tanto que foy menham a Raynha mandou visitar o Capitão mor com hum grande çauguate de muytas galinhas, & frãgaõs, & ovos, que elle não quis aceitar, mas mostrandose muyto colérico contra Ella, soltou algumas palauras quiça mais ásperas do que parecia razão, & disse que o senhor Visorrey saberia muyto cedo quão seruidora Ella era del Rey de Portugal, & quanto elle deuia por isso, para lho pagar a seu tempo, & que para Ella ficar certa que auia de ser assi isto que lhe dizia, lhe deixaua aly em penhor seu filho morto, como todos os mais que Ella manhosamete fizera matar co fauor & ajuda que dera aos Turcos, & então lhe daria as graças por aquelle presente que lhe mandaua para dissimulação do que tinha feyto. (PINTO, 1983, p. 36).

Vemos nesses depoimentos narrados por Pinto, a rivalidade entre portugueses e turcos nos mares da Índia e como em sua narrativa ele a deixa

bem evidente. Assim como, a rivalidade com outros grupos muçulmanos, que ele narra ao longo da *Peregrinação*.

Na *Peregrinação*, ele relatou as trocas comerciais realizadas pelos mercadores portugueses que acompanhou ao redor do Índico, assim como abastecimento das armadas reais. Presenciou muitos acordos políticos entre portugueses e reinos locais, como o descrito a seguir, quando ele esteve em Malaca. Fernão M. Pinto conta que o novo capitão de Malaca, Pero de Faria, recebeu notícias do Rei dos Bata, que pedia ajuda contra um possível ataque dos achéns, povo que habitava a região da Indonésia chamada Achém, onde o Islã se estabeleceu pela primeira vez no Sudeste Asiático. No início do século XVII, este se tornaria o sultanato mais rico, poderoso e sofisticado do Estreito de Malaca. Pinto conta que Pero de Faria aceitou a amizade com muito gosto, pois sabia o quanto ela era importante para o serviço do Rei, para a segurança da fortaleza de Malaca, para o rendimento da alfândega e para seu próprio proveito e dos portugueses daquelas partes em seus tratos e fazendas. (PINTO, 1983, p. 40-42).

No entanto, essa aliança não teve sucesso e o Rei Bata, de acordo com a narrativa de Pinto, lamentou sua derrota e a dos seus aliados portugueses, comparando a sua situação com outros momentos em que recordou o fato de os portugueses, segundo esse Rei, também não terem sido eficientes no combate ao poderio achém:

Ah Portuguez, Portuguez, rogote que não faças de mim tão necio, já que queres q te responda, que cuyde q que em trinta annos se não pode vingar a sy, me possa socorrer a mim, porq como o Rey de vos outros, & os seus Governadores, não castigarão este inimigo, quãdo vos tomou a fortaleza de Paacem¹², & a Galè q hia para Maluco, & as três nãos em Quedà, & o Galeão de Malaca em tempo de Garcia de Sà, & as quatro fustas em Salangor, com as duas naos que vinhão de B-egala, & o junco, & o nauio de Lopo chanoca, & outras muytas embarcações que agora me não vem à memoria, em q me affirmaraõ q matara mais de mil de vosoutros, afora a presa riquissima que tomou nellas, logo foy para elle me destruyr a mim, & euter muyto poucas esperanças em vossas palauras, bastame ficar como fico, cõ três filhos mortos, & a mayor parte do meu reyno tomada, & vos na vossa Malaca não muyto seguros. (PINTO, 1983, p. 52).

Fernão Mendes Pinto termina a sua narrativa sobre o acontecido, dizendo de forma significativa que esse Rei realmente estava certo, por isso nunca mais ousou pedir socorro aos portugueses. (PINTO, 1983, p. 52). O que para nós é importante, pois demonstra a presença de um olhar crítico para a forma como os portugueses estavam operando na Índia.

Fernão Mendes Pinto, depois de vários percalços na China, Japão e arredores, retornou mais uma vez a Malaca. Em sua volta, Pinto mais uma vez

¹² É Pacém, localizado no norte de Sumatra. (ALVES, 1999, p. 189).

se deparou com um pedido de ajuda ao capitão daquela fortaleza. Dessa vez era o embaixador do Rei de Aarú (antigo reino em Sumatra) que ao pedir socorro ao capitão anterior, Estevão da Gama, para se proteger também dos achéns, tem o seu pedido negado, pois após a sucessão de capitães, o substituto de Gama, que era Pero de Faria, não atendeu este Rei justificando-se no fato de o acordo ter sido realizado com o seu antecessor e não com ele. Faria de acordo com Pinto, apenas despediu o embaixador do Rei de Aarú com alguns presentes que enviou através de Pinto, nomeado como seu embaixador. E sem ajuda, o Rei de Aarú teve o seu reino tomado:

Certo q se o Rey de vos outros Portugueses agora soubesse quanto ganhaua em me eu não perder, ou quanto perdia em os Achens me tomarem Aarù, elle castigaria o antigo descuydo de seus Capitães, que cegos, & atolados em suas cúbicas & interesses, deixaraõ criar a este inimigo tanta força, & tanto poder, que temo custar muito do seu. (PINTO, 1983, p. 66).

Vemos aqui, mais uma vez o lamento quanto à ineficácia dos portugueses em socorrer aos seus aliados, com o agravante de que dessa vez, de acordo com os relatos de Fernão Mendes, não foi ao menos feita uma tentativa de ajuda. E nas palavras que, de acordo com ele, o Rei de Aarú proferiu, observando que possivelmente o monarca português castigaria os seus capitães, se soubesse o quanto eles foram omissos em conter o poder achém, vemos mais uma vez a preocupação de Pinto em registrar críticas a atitude portuguesa em território asiático.

Após esses episódios que traçam as crescentes ameaças representadas pelos achéns, Pinto procurou explicar qual o propósito desse povo. Segundo ele, os achéns pretendiam tomar dos portugueses o comércio das drogas de Banda e Maluco, e o controle da navegação dos mares da China, Sunda, Borneo, Timor e Japão, através de um contrato feito com os turcos, através do Baxá do Cairo. Ele reconhece que, da parte dos portugueses, ocorreram falhas que levaram a que seus inimigos fossem alcançando mais sucessos em seus objetivos.

Em uma das muitas das suas viagens, Fernão Mendes Pinto em Malaca encontrou o padre jesuíta Francisco Xavier, de quem se tornou amigo. Xavier havia chegado a poucos dias de Maluco e era chamado de santo por todo o povo devido a supostos milagres que teria realizado, ou que segundo Pinto, Deus teria feito através dele. Pinto é um dos biógrafos do nosso primeiro personagem, descrevendo principalmente a viagem de Xavier ao Japão e da fundação de missões jesuítas naquele lugar. Também conta sobre os seus planos em desenvolver mais trabalhos missionários, agora na China, e do insucesso que teve e que teria acarretado a sua morte. (PINTO, 1983). Inclusive, os escritos a respeito de Fernão Mendes Pinto, apontam particularmente este episódio, a morte de Xavier, e mais precisamente o suposto “milagre” do seu corpo que permaneceu incorrupto após a sua morte, como responsável por Fernão Mendes Pinto ter ingressado como irmão na Companhia de Jesus e nesta instituição ter permanecido por algum tempo.

Fernão Mendes Pinto então, após acompanhar uma embaixada junto a membros da Companhia de Jesus ao Japão, se desliga dessa ordem católica ao que tudo indica de forma amigável, e de novo em Goa planeja o retorno para a sua terra. Fernão Mendes Pinto retornou à Lisboa em 22 de agosto de 1558 e se dirigiu ao encontro da rainha D. Catarina, apresentando-lhe uma carta de recomendação escrita pelo então governador da Índia, Francisco Barreto. Ela o encaminhou ao oficial encarregado de recompensá-lo pelos seus serviços prestados à Coroa portuguesa no Oriente. E assim, ele encerra a sua narrativa, decepcionado por não ter recebido aquilo que considerava ser a ele devido, porém, não culpa aos reis, e sim, àqueles oficiais que deveriam cumprir com as suas obrigações, esperando segundo ele, que seu caso fosse resolvido pela justiça divina. (PINTO, 1983, p. 717).

Considerações Finais

Encerramos aqui a nossa breve descrição das aventuras narradas por nossos dois personagens, o padre e o mercador, que foram sujeitos atuantes nesse processo de expansão ultramarina portuguesa no Oriente. Embora o espaço não nos permita delongas, é importante ressaltar alguns aspectos presentes nos recortes que fizemos dos escritos tanto do jesuíta Francisco Xavier, bem como do viajante português Fernão Mendes Pinto.

Verificamos em um primeiro momento, que Xavier esteve diretamente inserido nas relações estabelecidas pelo Padroado Real da Coroa Portuguesa ao ser designado para fundar e administrar as missões jesuítas que se estendiam do Cabo da Boa Esperança ao Japão. Missão importante, em meio a expansão da Reforma protestante na Europa e da forte presença muçulmana na região para a qual ele fora enviado.

Vimos, em seus relatos, que Xavier não deixa de expressar apreensão quanto aos perigos aos quais eles, os missionários, estavam sujeitos, diante de terras estranhas e na relação que estabeleciam com povos, nem sempre amigos. Nesse ínterim, a princípio ele demonstra segurança nas autoridades portuguesas, lembrando que os portugueses no Oriente eram considerados “senhores do mar”, já que controlavam boa parte do comércio marítimo no Oceano Índico, possuindo muitos entrepostos. Contudo, conforme se afastava da sede do Estado da Índia Portuguesa em Goa, as dificuldades com conflitos locais e autoridades portuguesas aumentavam, deixando em evidência alguns limites que a autoridade do Governador em Goa detinha.

Enquanto isso, Fernão Mendes Pinto, inserido nas atividades comerciais, mas também políticas dos portugueses naquela região, descrevia a forte rivalidade entre portugueses e povos muçulmanos. Porém, assim como Xavier, ele expressou em seus relatos a dificuldade que os portugueses tinham em enfrentar determinados inimigos, inclusive devido a interesses pessoais de alguns capitães portugueses, que realizavam acordos comerciais que a longo prazo prejudicavam os interesses maiores do governo português. Verificamos isso tanto nos relatos em que Fernão Mendes Pinto descreveu os pedidos de

socorro feitos por reinos próximos ao entreposto português de Malaca, ao seu capitão, na tentativa de impedir o poderio Achém, como também nos relatos de Xavier sobre as dificuldades que Pedro Mansilhas enfrentou para proteger os cristãos de Punicale e também ao falar do insucesso que obteve em seus planos de adentrar a China e lá fundar novas missões, episódio também descrito por Pinto, em especial após a morte de Xavier.

Temos, portanto, a presença de uma crítica tanto nos escritos do padre, quanto nos escritos do mercador português. O que destaca a presença de crises, contradições de projetos políticos e econômicos, representados por interesses individuais, nacionais e estrangeiros. Conflitos que influenciavam diretamente naquilo que se alcançava e se perdia em termos materiais e também espirituais na missão ultramarina portuguesa.

Referências Bibliográficas:

BOXER, Charles Ralph. **A Igreja e a Expansão Ibérica**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CATZ, Rebecca. **Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos**. Lisboa: Editorial Presença/Biblioteca Nacional, 1983.

COSTA, Célio Juvenal. Os Jesuítas no Brasil: servos do Papa e súditos do Rei. **Revista Diálogos**, nº 2, vol. 10, Maringá, 2006, p. 37-63.

EMBREE, Ainslie T.; WILHELM, Friedrich. **India. Historia del subcontinente desde las culturas del indo hasta el comienzo del domínio inglês**. Madrid: Historia Universal Siglo XXI, 1974, vol.17.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português 1500-1700: Uma história Política e Econômica**. Tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995.

TAVARES, Célia. **A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)**. Rio de Janeiro, 2002. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2002.

XAVIER, São Francisco. **Obras Completas**. Tradução de Francisco de Sales Batista. São Paulo: Edições Loyola, 2006.